



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO No. 10855/001.049/92-00
ACORDADO N°. 106-07.444

Sessão de : 17 de agosto de 1995

Recurso n°: 89.030 - FINSOCIAL EXS: DE 1988 a 1990

Recorrente : GERALDO TUVANI (FIRMA INDIVIDUAL)

Recorrida : DRF em SOROCABA - SP

MEMA

FINSOCIAL - DECORRENCIA - A decisão do processo-matriz estende seus efeitos aos processos decorrentes.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por GERALDO TUVANI (FIRMA INDIVIDUAL)

RESOLVEM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em DAR provimento parcial ao recurso, para adequar a exigência ao decidido no processo-matriz, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1995

JOSE CARLOS GUIMARÃES

- PRESIDENTE

MARIO ALBERTINO NUNES

- RELATOR

VISTO EM 10 DE SET 1995 IONE TEREZA ARROUDA MENDES HEILMANN - PROCURADORA DA
SESSÃO DE: 41 SET 1995 FAZENDA NACIONAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO N°. 10855/001.049/92-00
ACORDÃO N°. 106-07.444

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: WILFRIDO AUGUSTO MARQUES, HENRIQUE ORLANDO MARCONI e MARIA NAZARETH REIS DE MORAIS. Ausentes os Conselheiros JOSÉ FRANCISCO PAPUOLI JUNIOR, FERNANDO CORREA DE GUAMÁ e HENRIQUE ISLED.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO N°. 10855/001.049/92-06
ACORDÃO N°. 106-02.444

Recurso n°. 89.030
Recorrente: GERALDO TUVANI (FIRMA INDIVIDUAL)

R E L A T O R I O

GERALDO TUVANI (FIRMA INDIVIDUAL, na qualificada, por seu representante, recorre da decisão da DRE/Sorocaba-SP, de que foi cientificada em 27.12.93 (fls. 40), através de recurso protocolado em 25.01.94 (fls. 41).

2. Contra o contribuinte foi emitido Auto de Infração (fls. 17), relativo ao FINSOCIAL Exercícios 1988 a 1990, por reflexo de Lançamento, na área do IRPJ, discutido no Processo n°. 10855/001.046/92-11.

3. Referido processos-matriz foi objeto de julgamento por esta Colenda 6ª. Câmara, em sessão de 16.08.95, resultando em dar provimento parcial conforme Acordão n°. 106-7.431.

4. Neste processo em julgamento, a contribuinte não produz qualquer defesa específica.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO N°. 10855/001.049/92-00
ACORDÃO N°. 106-07.444

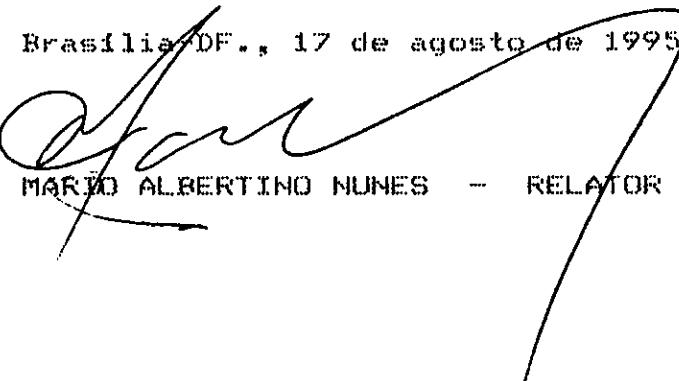
V O T O

Conselheiro MARIO ALBERTINO NUNES, Relator

Por se tratar de reflexo já julgado e não tendo a recorrente produzido qualquer defesa específica, não lhe cabe outra sorte, senão a do processo-matriz.

Assim sendo e por tudo mais que consta do processo, conhecido do recurso, por tempestivo e interposto na forma da lei e, no mérito, dou-lhe provimento parcial para adequar a exigência ao decidido no processo-matriz.

Brasília/DF., 17 de agosto de 1995


MARIO ALBERTINO NUNES - RELATOR